

Cruesp mantém 5,39% e encerra negociação

Na segunda rodada de negociações da data-base 2013, realizada em 24/5, os representantes do Fórum das Seis informaram aos reitores os resultados das assembleias de base, que foram unânimes em considerar insuficiente o reajuste de 5,39% e cobraram um cronograma para discussão do conjunto da Pauta Unificada. O Fórum insistiu na necessidade de definição conjunta de políticas de tratamento isonômico e de políticas de acesso e permanência estudantil nas três universidades estaduais e no Centro Paula Souza.

Além disso, o Fórum informou que parte das entidades que o compõem (especialmente na Unesp) realizou paralisação no dia da negociação. Os reitores também ouviram relatos sobre a mobilização dos estudantes da Unesp, em greve em alguns campi, devido à situações insustentáveis, que podem ser resolvidas por meio do atendimento das reivindicações relativas à permanência estudantil contidas na Pauta Unificada.

O presidente do Cruesp e reitor

da Unicamp, professor José Tadeu Jorge, foi categórico: “Não é possível formular nova proposta de índice”, alegando o fato de a arrecadação do ICMS estar aquém do previsto. Afora isso, o professor reafirmou o entendimento do Cruesp de que as demais reivindicações do Fórum devem ser discutidas no âmbito de cada universidade. Ele dividiu a discussão em três blocos:

1º bloco: Relativo ao reajuste, o Cruesp considerou encerrada essa etapa, mas comprometeu-se em agendar reunião entre sua Comissão Técnica e o Fórum das Seis em setembro de 2013.

2º bloco: Relativo aos questionamentos feitos pelo Fórum das Seis por meio do Ofício Fórum nº 5/2013, que pede explicações detalhadas sobre os recursos existentes em cada universidade e no Centro Paula Souza: o Cruesp comprometeu-se a apresentar as respostas em até 30 dias. O Fórum sugeriu e os reitores concordaram que as respostas podem ser enviadas, à medida em que forem sendo organizadas pelos técnicos.

3º bloco: O Cruesp coloca aqui o restante da Pauta Unificada, remetendo-o à negociação no âmbito de cada universidade, num prazo de quatro meses. Este seria o espaço para a discussão das políticas de tratamento isonômico e das políticas de acesso e permanência nas universidades.

O Fórum das Seis cobrou a intervenção efetiva dos reitores nos debates sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2014, na Assembleia Legislativa, mas a informação é de que não houve nenhuma ação do Cruesp neste sentido. O Fórum, por sua vez, informou ter enviado emendas à LDO 2014: 33% da arrecadação do estado para o conjunto da educação pública, aí contidos 11,6% do ICMS para as universidades e 2,1% para o Centro Paula Souza.

Questionado pelo Sinteps, que representa funcionários e professores das ETEC e das FATEC, acerca do não repasse dos reajustes do Cruesp àqueles trabalhadores, conforme prevê a lei, mais uma vez o Cruesp manteve-se calado, demonstrando sua indiferença ao problema.

Indicativos do Fórum

- Nova rodada de assembleias de base até o dia 5 de junho, quarta-feira.

- Avaliação do indicativo de um dia de paralisação em 11/6, com ato unificado na Unicamp, pela reabertura de negociações e revisão do índice de reajuste. Neste dia já está agendada uma reunião do reitor da Unicamp (atual presi-

Avaliação da diretoria

A diretoria da Adusp, seguindo a deliberação da assembleia de 16/5, defendeu nas reuniões do Fórum das Seis a apresentação de uma contraproposta ao índice de 5,39 apresentado pelo CRUESP, posição adotada também pela Adunicamp. No entanto, o Fórum das Seis optou por insistir nos 11%

O Fórum decidiu encaminhar às assembleias das categorias o indicativo de um dia de paralisação, com ato unificado na Unicamp, no dia 11/6, data em que o STU tem agendada uma reunião com o reitor da Unicamp, para tratar da equiparação do piso salarial ao dos funcionários da USP.

A diretoria da Adusp avalia que, no momento, não há mobilização suficiente para aprovar essa paralisação, além de considerar inadequado realizar um ato unificado durante negociação de pauta específica dos funcionários da Unicamp. Ademais, em 11/6 já está agendado um debate sobre eleição de reitor(a), organizado conjuntamente com o DCE, APG e Sintusp.

dente do Cruesp) com o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), para discutir, entre outros pontos, a reivindicação de isonomia de pisos e benefícios.

Assembleia de 16/5

CAMPANHA DE DATA-BASE

1) A assembleia da Adusp considera:

- insuficiente o reajuste de 5,39% oferecido pelo Cruesp;
- absolutamente necessário receber as respostas do Cruesp às perguntas feitas pelo Fórum das Seis no Ofício nº 5, de 25/3/2013, relativas à situação financeira das três universidades.

2) A assembleia da Adusp indica ao Fórum das Seis:

- a discussão sobre apresentar ao Cruesp uma contraproposta para o índice de reajuste que garanta o índice do ICV-Dieese, mais um percentual para repor parte das perdas históricas;

- a luta por mais recursos para as três universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (Ceeteps) na LDO 2014. Os recursos adicionais obtidos por meio desta luta seriam objeto de nova repartição entre as três universidades, visando a viabilização de políticas de educação superior adequadas às necessidades da sociedade (acesso, permanência estudantil, etc.) e ao tratamento isonômico para docentes e funcionários técnico-administrativos nas três universidades estaduais paulistas e no Ceeteps.

COMISSÃO DA VERDADE

Foi aprovada a seguinte declaração:

“A assembleia da Adusp de 16/5/2013 condena a medida autoritária e unilateral da Reitoria, que instituiu uma Comissão da Verdade ignorando o abaixo-assinado de 5 mil assinaturas e a negociação em andamento com o Fórum Aberto pela Democratização da USP, e se manifesta por uma Comissão da Verdade Democrática”.



Auxílio-Saúde prevê repasse da USP a planos privados credenciados

Em menos de dois anos, a Reitoria cogitou e desenvolveu três modelos de plano de saúde para docentes e funcionários técnico-administrativos. Em setembro de 2011, foi criado o Sistema Assistencial de Saúde Próprio da Universidade de São Paulo (SASP-USP). Em dezembro de 2012, o modelo foi reformulado. A mudança deu lugar a um “Plano de Saúde por Pré-Pagamento”. Desta vez, resolução publicada pela Reitoria no *Diário Oficial do Estado*, em 25/4, instituiu o Auxílio-Saúde, que mantém o viés privatista das propostas anteriores.

Durante todo o período, nenhum debate foi realizado por parte da Reitoria para detalhar e discutir os projetos junto à comunidade. Nem mesmo o Conselho Universitário foi consultado a respeito. Questionada, a assessoria de imprensa da Reitoria afirma que “o programa não precisa passar pelo crivo do Conselho Universitário”.

O projeto previsto na Resolução 6545/2013 é de responsabilidade da Superintendência de Saúde, que tem à sua frente o professor Marcos Boulos. Segundo o documento, o Auxílio-Saúde se caracteriza como um “benefício de caráter indenizatório não incorporável aos vencimentos, destinado a subsidiar total ou parcialmente as despesas realizadas pelo servidor com a contratação de Plano de Assistência à Saúde, para si e para seus dependentes [cônjuge, companheiro e filhos]”.

Credenciamento. Por meio do benefício, a USP irá subsidiar planos de assistência médico-ambulatorial e hospitalar devidamente registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), mas que terão de ser previamente credenciados pela universidade. A Vice-Reitoria Executiva de Administração é a responsável pelo processo público para credenciamento dos planos. O edital de chamamento ficará aberto até 12/6.

Os docentes e funcionários-técnicos administrativos deverão escolher o plano de sua preferência, dentre os credenciados. A opção será formalizada em Termo de Adesão da própria empresa, “do qual constará autorização para desconto em folha de pagamento ou débito em conta corrente das

respectivas contribuições”.

Segundo a assessoria de imprensa da Reitoria, docentes e funcionários “que optarem por não contratar o plano continuarão a ser atendidos normalmente nas Unidades Básicas de Assistência à Saúde (UBAS) e no Hospital Universitário (HU), dentro de suas limitações, tanto quanto ao atendimento em especialidades, como na realização de exames complementares e procedimentos cirúrgicos mais complexos”.

Sem respostas. Ainda não foi especificado o valor máximo a ser coberto pelo auxílio. Também não foi informado quanto do orçamento geral da Universidade será comprometido por ano pela iniciativa. O *Informativo Adusp* solicitou informações sobre o financiamento, a administração e a legalidade do Auxílio-Saúde à Comissão de Legislação e Recursos e à Comissão de Orçamento e Patrimônio, responsáveis pelas discussões com o reitor Grandino Rodas que originaram a medida, mas não obteve respostas diretas dessas comissões.

Dentre as perguntas não respondidas, nem mesmo pela assessoria de imprensa, destacam-se as

seguintes: “Permite a legislação que a USP custeie diretamente despesas de Planos de Saúde? Não estaria a Universidade destinando recursos públicos da Educação para o setor privado?”

Vale lembrar que, como noticiou o *Informativo Adusp* 335, em 2011, a empresa Gama Saúde Ltda disputou sozinha e venceu licitação de R\$ 11,563 milhões para implantar e gerir o Plano de Saúde denominado Básico, na modalidade de Auto-gestão Pública, previsto no então SASP-USP. Um dos motivos para a reformulação daquele projeto, em 2012, foi a rescisão do contrato firmado, em 15/9/2011, com a empresa Gama. Até hoje, não foi informado se essa rescisão implicou em pagamento, por parte da USP, de multa contratual. A prestação de contas dos gastos à época das propostas anteriores ao Auxílio-Saúde também é desconhecida.

“Fere princípios”. Questionada sobre o assunto, a assessoria de imprensa da Reitoria informa: “As diferentes modalidades de plano de saúde inicialmente formuladas depararam com dificuldades não previstas, principalmente por parte dos fornecedores, como lega-

lidade de documentação, falta de credenciamento na Vigilância Sanitária etc. A modalidade plano de saúde por pré-pagamento (que é a que está sendo prevista), como pensada inicialmente, incorreria num risco de a seguradora que ganhasse a licitação, portanto a de menor preço, prestar serviços de qualidade não satisfatória, prejudicando os usuários. A modalidade que finalmente foi consensuada pelos idealizadores permite que todos os planos se credenciem na USP e [que] os uspianos escolham aquele que melhor suprir suas necessidades, sendo que a Universidade repassará os recursos previstos para a própria prestadora”.

Inconstitucionalidades na resolução que instituiu o Auxílio-Saúde são abordadas em parecer jurídico elaborado pelas advogadas Christiane Andrade Alves e Lara Lorena Ferreira, da Adusp. O documento sustenta que a criação desse benefício “fere princípios constitucionais (legalidade, reserva de lei, isonomia), afora as críticas possíveis a alguns pontos de sua redação que dão azo ao futuro cometimento de ilegalidades”. A íntegra do parecer pode ser lida em <http://goo.gl/vZXVK>

JURÍDICO DA ADUSP

Descontos indevidos de IR e Iamspe no pagamento do abono de férias

Conforme informação de associados da Adusp, a Universidade de São Paulo tem como prática recolher sobre o abono de férias, quando do seu pagamento, Imposto de Renda e contribuição para o Iamspe. Abono de férias é o pagamento de adicional equivalente a um terço dos dias de férias a que o servidor tem direito, segundo previsão constitucional.

Ocorre que, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça uniformizou sua jurisprudência para alinhar-se com o entendimento, já consolidado, do Supremo Tribunal Federal, no sentido de reconhecer o aludido abono como verba de natureza indenizatória e não alimentar. E sobre verba de natureza indenizatória não há incidência de

contribuição previdenciária e assistencial, tampouco de Imposto de Renda.

Em função disso, a Adusp decidiu ajuizar ação coletiva em nome da categoria docente, que correrá diretamente contra o Iamspe, a fim de que o instituto suspenda o desconto sobre o abono de férias, bem como devolva os valores descontados indevidamente nos últimos cinco anos, período não alcançado pela prescrição.

Suspensão. Em relação ao Imposto de Renda, a Adusp encaminhou à Reitoria da USP requerimento coletivo pela suspensão da incidência desse tributo aos docentes e devolução dos valores retroativos descontados indevidamente, na tenta-

tiva de obter da Universidade uma mudança de atitude perante a Receita Federal. Tão logo a Reitoria responda ao requerimento, avaliaremos a necessidade ou não de ingresso de nova ação coletiva.

A Adusp havia encaminhado, em 11/3/2013, questionamento à USP para que fossem esclarecidas as mudanças nas rubricas dos holerites dos servidores. Em resposta (ofício DRH 290/2013), a USP informou que as mudanças promovidas ocorreram em razão da aplicação dos limites salariais estipulados pela EC 41/03, a fim de identificar e resguardar as verbas sujeitas ou não à eventual incidência do teto, cujo cenário apenas agora se encontraria mais definido juridicamente.

Na Geografia, repúdio ao golpe de Rodas

Docentes, funcionários e estudantes compareceram ao ato de protesto convocado pelo Fórum Aberto pela Democratização da USP contra a decisão da Reitoria de compor uma “Comissão da Verdade” sem consulta e sem participação das diferentes categorias que compõem o corpo da universidade. Realizado em 23/5 na Geografia (foto), o ato contou com a participação de pessoas que já haviam sido eleitas pelas entidades para fazer parte da comissão, caso dos docentes Marilena Chauí (FFLCH) e Pedro Paulo Chieffi (FM). Também compareceu o deputado Adriano Diogo (PT), presidente da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa.

“Fomos surpreendidos pela portaria 6.172. O reitor Grandino Rodas sabotou a campanha do Fórum”, declarou o estudante Rafael Pacheco, o primeiro a se manifestar. “Foi um golpe institucional”, definiu o aluno, que falou em nome do Fórum. Antes, ele traçou um retrospecto da luta pela democratização na USP desde a década de 1960, pontuando os momentos mais marcantes da campanha pela criação da Comissão da Verdade da USP, lançada em 2012.

Gustavo Rego, que representou o Diretório Central dos Estudantes-Livre Alexandre Vannucchi Leme, classificou o gesto da Reitoria como uma expressão de autoritarismo, destinada a esconder os crimes da Ditadura. “O golpe de Rodas demonstrou como a Comissão da Verdade é necessária, é um elemento fundamental para a democratização da Universidade. O que está instalado hoje é a Comissão da Mentira. É preciso instalar uma Comissão da Verdade que tenha legitimidade”, disse o estudante. Ele garantiu o engajamento do DCE-Livre numa campanha com este objetivo.

Herança. O professor João Zanetic, que falou em nome da Adusp, destacou o fato de que a luta pela democratização da USP vem de longa data, antes mesmo do golpe de 1964. Observou que a decisão de produzir o histórico livreto *Controle Ideológico na USP* (citado pelo representante do DCE-Livre), publicado originalmente em 1978, foi tomada em uma assembleia da Adusp. Após ler as palavras finais do livro, Zanetic traçou uma analogia com a situação atual: “O golpe de Rodas demonstra que ainda não varre-



Fotos: Daniel Garcia

mos a herança ditatorial da nossa Universidade”.

A atitude da Reitoria tem um “objetivo claro, que é ocultar a verdade”, disse Magno Carvalho, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP. A posição do Sintusp é de que os representantes das categorias levem em frente a proposta original do Fórum: “A Comissão da Verdade eleita deve assumir, pela legitimidade que tem, o seu papel de investigação, com o apoio de toda a comunidade. Teremos dificuldades, mas dá para fazer esse trabalho”. A proposta será submetida ao Fórum, acrescentou Magno.

“Ficamos frustrados com a portaria de 7 de maio”, admitiu Mariana Rubiano, representante da Associação dos Pós-Graduandos Helenira Preta Rezende. “Vamos encampar a campanha pela Comissão da Verdade Democrática. Vamos seguir o exemplo de Helenira e lutar obstinadamente por memória, verdade e justiça”.

“Receio”. A Comissão da Verdade da Faculdade de Direito da USP (CV-FD) aprovou, por maioria, uma moção de repúdio à comissão oficial da Reitoria. O funcionário Alexandre Pariol, membro da CV-FD, explicou que uma posição unânime de repúdio só não foi possível em razão do receio de alguns professores que a integram: “Foi uma manobra muito bem feita: o reitor colocou na presidência o professor emérito da Faculdade de Direito, Dalmo Dallari”.

O funcionário Domenico Colacicco Neto, um dos indicados pela categoria para fazer parte da Comissão da Verdade, lembrou a necessidade de revisão da Lei da Anistia, a qual permite a impunida-

de dos torturadores, e apontou a permanência de traços da Ditadura na conjuntura atual: “Os movimentos sindicais nesse país continuam sendo tratados como caso de polícia, apesar do mal falado Estado Democrático de Direito. Na USP não é diferente, continuamos sofrendo com processos”.

A professora Angela Mendes de Almeida, também escolhida como representante dos funcionários, propôs ao deputado Adriano Diogo que a Comissão Estadual da Verdade realize uma audiência pública sobre o “golpe de Rodas”. Angela, que é viúva de Luiz Eduardo Merlino, jornalista e aluno da USP assassinado pela Ditadura, explicou que é ex-funcionária da USP e agradeceu aos funcionários por ter sido honrada com a indicação.

“Nenhuma comissão da verdade vai prevalecer sem que se crie uma correlação de forças na sociedade para derrotar os torturadores”, disse Adriano Diogo, após reforçar a necessidade de revisão da Lei da Anistia, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos. “É uma tarefa do povo brasileiro e não só da Comissão Nacional da Verdade enfrentar o Estado militar, secreto, torturador”, enfatizou depois o parlamentar, em alusão a estruturas ditatoriais que no seu entender permanecem intactas.

O presidente da Comissão Estadual da Verdade lembrou que no Estado de São Paulo os órgãos de repressão da Ditadura Militar assassinaram 154 pessoas. Ele criticou duramente os docentes



Marilena, Chieffi, Solange Veloso e Claire Sekkel

nomeados para a comissão oficial da Reitoria: “É lamentável que pessoas que até respeitamos tenham emprestado seus nomes para o Rodas. É uma vergonha”.

“Golpe astuto”. A professora Marilena Chauí preferiu não se manifestar durante o ato de protesto: “Eu sempre falo, hoje estava querendo ouvir”. Ao final, aceitou conversar com o *Informativo Adusp* sobre a manobra da Reitoria. “Um golpe extremamente astuto, pela escolha das pessoas. Não há ninguém ali que não tenha um histórico de combate à Ditadura”, disse ela, referindo-se aos membros da comissão nomeada pelo reitor.

“Estamos confrontados com uma estratégia de ação institucional muito bem feita, muito eficaz, de desmoralização de tudo que se opõe a ela”, declarou a professora da FFLCH. Na sua avaliação, o reitor “se apoderou da ideia”, ou seja, da proposta de Comissão da Verdade reivindicada pelo Fórum, “e a transformou naquilo que ele pode comandar”. Houve, sintetizou Marilena, “uma demonstração de força, de poder, e uma neutralização, pelo alto, de qualquer veleidade de investigação”.

O professor Pedro Paulo Chieffi defende que os docentes indicados pela Adusp reúnam-se para avaliar a situação criada pelo reitor, que a seu ver é complexa e requer cuidadosa reflexão.

Fusão Kroton-Anhanguera, cartel do ensino privado

Anunciada no dia 22/4, a fusão entre as empresas Kroton Educacional S.A. e Anhanguera Educacional foi considerada pela mídia especializada como a criação do maior negócio de ensino do mundo. Juntas, Kroton e Anhanguera serão donas de 800 unidades de ensino superior e de 810 escolas privadas distribuídas por todos os Estados brasileiros. Universo que engloba um milhão de estudantes só nos segmentos de educação superior e profissional, que oferecem cursos presenciais e à distância.

Altas cifras expressam a grandiosidade da fusão, materializada por meio de uma troca de ações estimada em R\$ 5 bilhões. O valor de mercado das duas companhias aproxima-se dos R\$ 12 bilhões. Em 2012, a soma da receita bruta das empresas foi de R\$ 4,3 bilhões, segundo a Kroton.

Para ser consolidada, a transação será submetida a uma avaliação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão federal. Reportagem da agência Reuters, publicada em

22/4, informa que as empresas continuarão totalmente independentes até a aprovação do Cade.

Mercado ávido. A mídia especializada em negócios noticiou a união dessas gigantes como uma extraordinária transação mercantil, mas banalizou seu impacto deletério sobre o ensino superior no Brasil. Poucas foram as pontuações relativas ao avanço sem precedentes da mercantilização do setor, que tem entre seus principais fatores a ainda escassa (apesar da expansão registrada nos últimos anos) oferta de vagas nas universidades públicas federais e estaduais.

Em 2011, o Brasil tinha 6,73 milhões de estudantes matriculados em cursos de ensino superior presenciais e à distância. Desses, 4,96 milhões (73,7%) estavam matriculados na rede privada e apenas 1,77 milhão (23,3%) na rede pública. Os dados são do último Censo da Educação Superior divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Em 2009, o fundo americano Advent International comprou 28% da Kroton. Capitalizada, a empresa também foi às compras e adquiriu a Iuni Educacional, de Altamiro Belo Galindo, pai de Rodrigo Galindo, atual presidente da Kroton. Segundo reportagem publicada no site da revista *Exame* (25/4), Galindo pai “foi um ávido comprador de universidades, e coube a ele o desafio de integrá-las”. No ramo, ele desenvolveu um método de integração curricular e administrativa de faculdades privadas num tempo recorde de 90 dias, metade do que se fazia no setor. “À frente da Kroton, Galindo seguiu à risca a mesma receita que criou na Iuni. As faculdades passaram a abrir turmas somente com um número mínimo de alunos que permitisse que cada sala de aula fosse rentável”, diz *Exame*.

Ambiente virtual? “Galindo [filho] explica que [com a técnica de integração rápida] o modelo acadêmico é otimizado e garante padrões de qualidade

adequados. Trocando em miúdos, a tecnologia é a base do método. Quanto menos aulas presenciais a faculdade oferecer, menor o custo por aluno. No ensino presencial, a quantidade de aulas em classe é a mínima exigida pelo Ministério da Educação (MEC)”, diz reportagem da *Época Negócios*, publicada na Internet em 22/4. O texto continua: “As atividades complementares são todas feitas num ambiente virtual. Para quem duvida da eficácia desse sistema de ensino, Galindo lembra que os cursos oferecidos pela Kroton têm notas no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) entre 3 e 4, numa escala que vai de zero a 5”.

Reagindo às críticas, a S2public, empresa que presta assessoria de comunicação à Kroton, diz em *press-release*: “Anhanguera e Kroton seguirão com o compromisso diário de transformar a vida de milhares de pessoas por meio da educação de qualidade, formando cidadãos mais críticos, autônomos e preparados para o mercado de trabalho”. Esperaremos para ver?

Carreira docente e eleição de reitor... é hora de pautar as questões no Co!

Conforme deliberação da assembleia da Adusp de 30/4/13, foram encaminhadas a todos os membros do Conselho Universitário (Co) as propostas da Adusp relativas à avaliação do processo de implantação da nova carreira e a modificações estatutárias no processo de eleição de reitor(a) (*Informativo Adusp* edições 362 e 363).

No ofício enviado, a Adusp solicita aos diretores de unidades que incluam nas pautas das congregações a discussão sobre as propostas aprovadas pela entidade e que nos encaminhem as suas deliberações.

Além disso, a Adusp está organizando dois abaixo-assinados que solicitam a inclusão em pauta daquelas propostas em reunião do Co. São necessárias 32 assinaturas de membros do Co e precisamos obtê-las rapidamente.

É importante ressaltar que diretores e representantes de congregações que aderirem aos abaixo-assinados não precisam estar, necessariamente, de acordo com as propostas neles apresentadas. Estarão de acordo, apenas, com incluí-las na pauta do Co para discussão e posterior deliberação.

Pedimos aos colegas que se empenhem para obter estas assinaturas, garantindo um espaço institucional de discussão das propostas aprovadas pela assembleia da entidade.

A proposta de mudanças estatutárias relativas ao processo de eleição de reitor(a) conta com o apoio dos estudantes de graduação e pós-graduação, por meio de DCE e APG.

Queremos votar para Reitor(a)? Então é hora de agir para pautar nossa proposta no Co!

Revista Adusp 54 aborda privatização da Saúde

A reportagem de capa da edição da *Revista Adusp* 54, que começa a circular nesta semana, revela a existência de ostensivo conflito de interesses na pasta estadual da Saúde. O secretário da Saúde de São Paulo é o professor Guido Cerri, da Faculdade de Medicina da USP e presidente licenciado da Fundação Faculdade de Medicina (FFM), entidade privada credenciada como “organização social de saúde” (OSS) e detentora de contratos de gestão com o poder público estadual que ultrapassam a casa do bilhão de reais por ano.

Cerri é dono de empresas de medicina diagnóstica e integra o Conselho de Administração do Hospital Sírio-Libanês, que também mantém uma OSS que possui contrato milionário com o governo estadual. “Não são evidências suficientes de conflito de interesses?”, pergunta o editorial da revista, intitulado “Os negócios do doutor Guido”.

A atuação da FFM é tema de outra reportagem desta edição, sobre a situação de abandono vivida pelo Hospital Emílio Ribas, gerido desde 2009 por aquela entidade privada.

Outros destaques da edição 54 são a entrevista da professora Soraya Smaili, reitora da Unifesp recém empossada, e reveladoras reportagens sobre episódios ainda pouco conhecidos da Ditadura Militar, como as assustadoras histórias do navio-prisão “Raul Soares”, onde os professores Luiz Hildebrando, Thomas Maack e Boris Vargaftig ficaram aprisionados em 1964.

